

# FIQUE POR DENTRO

BOLETIM INFORMATIVO ESPECIAL | MARÇO 2020

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SEÇÃO SÃO PAULO



## VAMOS DERROTAR BOLSONARO NAS RUAS DIA 18 DE MARÇO

Os servidores públicos do Instituto Federal de São Paulo estão em **ESTADO DE GREVE**. Essa foi a principal deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada dia 20 de fevereiro, no Saguão Central do Câmpus São Paulo, que contou com a participação de mais de 120 trabalhadores de 22 câmpus, além do apoio de estudantes e outras categorias em luta, como os petroleiros que protagonizaram uma greve histórica no mês de fevereiro.

O indicativo de data para início do movimento paredista é **18 de março**, mesmo dia que Centrais, sindicatos, movimentos sociais e estudantis convocam uma "**Greve Nacional em Defesa dos Serviços Públicos**" e passeatas nas principais cidades brasileiras.

Em demonstração de resistência, os servidores do IFSP definiram que a greve será "**por tempo indeterminado**", e não apenas um dia de paralisações e atividades.

Estamos diante de um "**pacotão**" de medidas neoliberais que tem como principal objetivo avançar na agenda do grande capital contra a classe trabalhadora e oprimida. O governo Bolsonaro tenta, com isso, aprofundar a ofensiva reacionária contra os direitos, conquistas sociais e liberdades democráticas.

O sucesso desta greve depende do fortalecimento da unidade entre os sindicatos, federações e movimentos que representam o conjunto do funcionalismo público para barrar o "**pacotão**" de Bolsonaro e Guedes.

É preciso, também, ir além dos nossos muros e intensificar o diálogo com a sociedade, afinal, estas medidas prejudicam os trabalhadores e a população mais pobre, em especial os jovens, significam um duro ataque à soberania nacional, aos poucos direitos trabalhistas que restam, a saúde e a educação públicas.

**VAMOS À LUTA!**

# ENTENDA O QUE ESTÁ EM JOGO

## REFORMA ADMINISTRATIVA

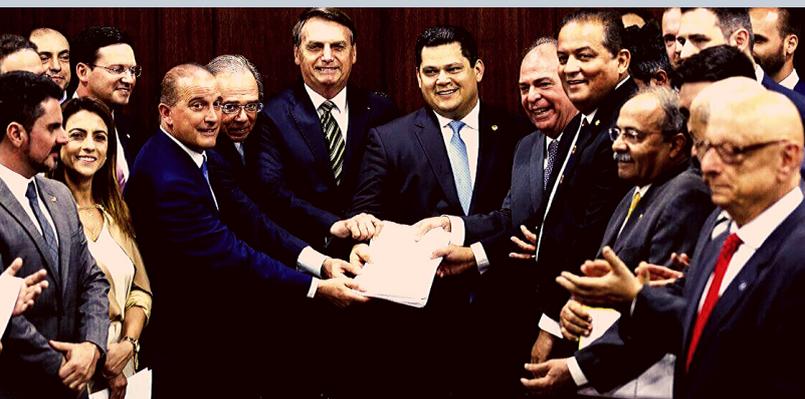
Com a **Reforma Administrativa**, o governo quer o fim da estabilidade para os servidores, assim como o fim da promoção para todas as carreiras — exceto para o juízes, procuradores, policiais e militares. Ainda haverá o congelamento temporário dos salários, e os entes federados estarão impedidos de reestruturar carreiras, fazer concurso, criar novos cargos ou proceder verbas indenizatórias.

Estas medidas valerão apenas para os novos servidores que ingressarem, e aí reside uma armadilha. Diversas carreiras serão extintas e as novas terão salários, progressões e benefícios inferiores. Ao longo dos anos, teremos carreiras completamente distintas convivendo no ambiente de trabalho e executando as mesmas funções. Haverá pressão para que os salários menores sejam arrojados e será mais difícil unificar os trabalhadores quando for necessário organizar greves por melhores salários, condições de trabalho e carreiras.

O governo quer que o servidor mais antigo pense individualmente: “Ah! Não é comigo, só vai atingir os novos. Não preciso lutar porque não serei afetado.” Esta é a armadilha para enfraquecer a luta agora, mas que custará caro para os mais antigos adiante.



## PLANO MAIS BRASIL



Os três projetos de Emendas Constitucionais enviados por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes ao Congresso Nacional constituem uma reforma radical do Estado brasileiro, representando um duro ataque às conquistas sociais e ao conjunto dos serviços públicos. São eles: **PEC Emergencial, PEC Pacto Federativo e PEC Fundos Públicos.**

### **PEC EMERGENCIAL: Prevê a redução da jornada de trabalho dos servidores em até 25%, com redução salarial**

– O governo pretende criar o “estado de emergência”. Isso significa que, em caso de dificuldades nas contas públicas, estará autorizado impor restrições temporárias aos servidores públicos, havendo margem para reduzir em até 25% a jornada de trabalho e os salários.

– Os concursos públicos, reajustes salariais e promoções estariam absolutamente proibidos em qualquer circunstância enquanto a União, estados e/ou municípios estiverem sob o “estado de emergência”, com exceção de promoções que impliquem alteração de atribuições e aquelas de carreira militar ou policial. Assim, por exemplo, fica vedada a promoção por tempo de serviço.

### **PEC PACTO FEDERATIVO: Extinção de pequenos municípios e unificação dos gastos com Saúde e Educação**

– Privatização em bloco e extinção de municípios: a proposta de extinção de milhares de municípios é uma distração para aprovar o conjunto do “pacotão”. A proposta do ministro Paulo Guedes é autorizar uma lista para a privatização de doze estatais em bloco;

– O governo propõe unificar os recursos que a União, estados e municípios têm de investir em saúde e educação públicas. Hoje, a Constituição garante qual é o mínimo que Estados e Municípios devem investir em cada uma dessas áreas.

– Além disso, pretende incluir nesta rubrica unificada os gastos que entes federados possuem com servidores aposentados, o que na prática abrirá margem para redução dos gastos mínimos com saúde e educação.

### **PEC DOS FUNDOS PÚBLICOS: Recursos serão desviados para o pagamento de juros da dívida**

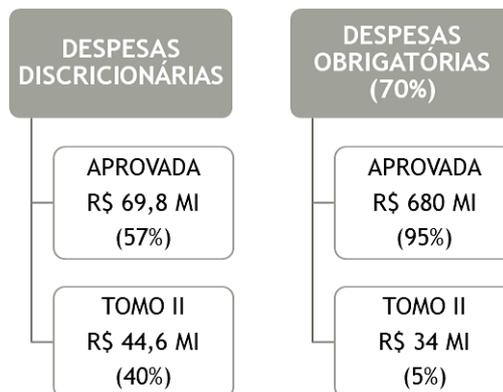
– O objetivo é extinguir 281 fundos públicos e criar um grande fundo de abatimento da dívida pública e remuneração do sistema financeiro. Com esta proposta o governo irá enriquecer ainda mais os banqueiros com recursos públicos.

# LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL)

Tal como determina a Constituição, o orçamento federal deve ser encaminhado todo ano para aprovação, contendo uma previsão de verbas que incluam:

- Todos os órgãos do governo, sejam eles diretos ou indiretos;
- Planos de investimentos para as empresas estatais;
- Previdência social.

Os cortes orçamentários à Educação impactam diretamente: assistência estudantil, concessão de bolsas, acervo bibliográfico, equipamentos, computadores, softwares, visitas técnicas, manutenção e custeio, entre outras necessidades.



FONTE: TESOURO GERENCIAL

## CIRCULAR 08/2020 SPO/MEC

- Com 60% do orçamento liberado e os outros 40% (Tomo II) a ser votado até agosto, o governo chantageia comunidade acadêmica para a aprovação das Reformas Administrativa e Tributária, através da insegurança em manter as instituições de ensino funcionando a partir do segundo semestre de 2020 por falta de verbas;

- O documento orienta aos reitores(as) o não pagamento das progressões, promoções, capacitações, qualificações, adicionais, licenças, benefícios (inclusive os de amparo legal, como vale-transporte), ajudas de custo e inviabiliza novas contratações.

## MEDIDA PROVISÓRIA 914/2019

Fim da autonomia e democracia nas Instituições Federais de Ensino: a medida estabelece como obrigatória a realização de consulta à comunidade acadêmica para a formação da lista tríplice para o cargo de reitor(a). Tal consulta não poderá ser feita com voto paritário ou universal e obrigatoriamente deverá ser realizada com peso de 70% no voto docente, 15% no do técnico-administrativo e 15% para o voto discente.

A MP 914/2019 estabelece ainda que o Presidente da República poderá nomear reitor(a) pro tempore em "razão de irregularidades verificadas no processo de consulta". A MP ignora a diversidade de estrutura interna das IES e a democracia interna ao instituir que os campi serão dirigidos por diretores(as)-gerais, que serão escolhido(a)s e nomeado(a)s pelo(a) reitor(a). Do mesmo modo, acaba com eleição direta para a direção das unidades acadêmicas, estabelecendo que o(a)s diretores(as) e os(as) vice-diretores(as) das unidades serão escolhido(a)s e nomeado(a)s pelo reitor(a) para mandato de quatro anos.



## ATAQUES CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Estamos vivendo um processo de ataques sistemáticos à educação, do ensino básico ao ensino superior, do acesso dos estudantes aos direitos dos trabalhadores da educação e professores, da privatização à perseguição política.

O **Future-se**, por exemplo, é um projeto que representa um passo decisivo na privatização das instituições federais e de rompimento absoluto com a soberania e autonomia acadêmica. No entanto, esse não é o único ataque. Podemos citar a crescente militarização da educação básica, legalização do ensino domiciliar no país e cortes de verbas para pesquisas e bolsas de estudos.

**Projeto "Novos Caminhos"**: Voltada para a Educação Profissional e Tecnológica, a iniciativa tem como meta elevar em 80% o total de matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional, saltando de 1,9 milhão em 2018 para pouco mais de 3,4 milhões em 2023. O "Novos Caminhos", no entanto, não acena com uma indução via recursos financeiros, mas com outras formas de incentivo, como o compartilhamento da infraestrutura dos Institutos Federais. Além disso, parte da carga horária dos cursos será feita pelo que o ministro Abraham Weintraub chamou de "ensino parcial", com conteúdos teóricos oferecidos a distância e aulas práticas em laboratórios "uma a duas vezes por semana". Outra ênfase do governo é nas "demandas do setor produtivo". "A educação tem que estar voltada para o mercado de trabalho", defendeu Ariosto Antunes, titular da Setec, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC. O projeto "Novos Caminhos" escolhe um percurso político bastante conhecido: o da certificação em massa para melhorar indicadores.

# FORTALEÇA A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO IFSP: O SINASEFE-SP É VOCÊ! FILIE-SE!

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção São Paulo - surgiu a partir da fundação da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de São Paulo (ASSETEFESP), em 1982. Em 1990, após o processo democrático pós-constituição federal de 1988, que consolidou o direito de sindicalização aos servidores públicos, foi criado o Sindicato dos Servidores Federais de São Paulo e Cubatão (SINASEFE/SP/CB).

Uma das características mais importantes da trajetória do nosso sindicato consiste em não dividir os trabalhadores nos seus locais de trabalho, organizando docentes e técnico-administrativos do IFSP na mesma categoria, respeitando as especificidades de cada setor.

Nossa entidade participou - e participa - de embates importantes do funcionalismo público e da sociedade brasileira, seja por direitos trabalhistas e sociais, seja pelos direitos humanos e pela democracia. Defendemos cotidianamente a educação pública de qualidade, gratuita e laica, com referência social e em consonância com os interesses da classe trabalhadora.

No cenário político atual, o governo Bolsonaro não esconde seus propósitos reacionários. Disse que quer o fim dos sindicatos e que o trabalhador brasileiro deve escolher entre direitos ou emprego, propagando a falsa ideia de que a extinção das leis trabalhistas vai aumentar a oferta de postos de trabalho. Do mesmo modo, elegeu os servidores públicos como "inimigos da população" e "parasitas".

Na realidade, os sindicatos fazem parte do pólo de resistência à política neoliberal de retirar dos trabalhadores qualquer proteção legal, atendendo aos interesses dos empregadores, entre eles o próprio governo, bancos, empresas do setor produtivo e agronegócio.

Quando você diz sim ao sindicato, diz não à precarização do trabalho e retirada de direitos. Isto porque sindicalizar-se é mais do que ingressar em uma entidade representativa de classe, é exercer plenamente o seu direito de participar de ações que valorizam o seu trabalho e a sua profissão.

## O SINASEFE-SP É VOCÊ! FILIE-SE!

### COMO SE SINDICALIZAR?

Para pertencer ao Sinasefe-SP e fortalecer a luta sindical, é necessário, apenas, que seja preenchida uma ficha-proposta, que será homologada pela coordenação da entidade.

A contribuição mensal corresponde a 1% dos vencimentos brutos.

**SAIBA MAIS:** [www.sinasefesp.org.br](http://www.sinasefesp.org.br)

**(11) 3228-7208 / (11) 3315-9018**

**Siga também nas redes sociais:**

**Facebook:** [sinasefesp](https://www.facebook.com/sinasefesp) | **Instagram:** [@sinasefesp](https://www.instagram.com/sinasefesp)

